

AJURI NAS FLORESTAS: UMA PRÁTICA REAL

MERIGUETE, Indramara Lôbo de Araújo Vieira ¹

ARAÚJO, Maria Isabel de ²

SOUSA, Silas Garcia Aquino de ³

Introdução

Nas comunidades rurais amazônicas percebe-se o aspecto mobilizador de engajamento dos vários coletivos quanto às práticas de manejo dos recursos da biodiversidade amazônica. Suas ações e mobilizações locais comprovam os valores e os resultados da ação conjunta na comunidade, aliada às práticas tradicionais, regras culturais, experiências e na utilização e importância do manejo dos recursos naturais.

Neste espaço amazônico, revelam-se práxis interdisciplinares e multiculturais⁴ expressas nas manifestações socioeconômicas e culturais, revelados no que hoje se designa de etnoconhecimento, revelados nas concepções de inter e multiculturalidade, construído por valores que fazem parte da cons-

1 MSc. em Economia e Desenvolvimento Regional. EMBRAPA. indramara.araujo@embrapa.br

2 MBA em Meio Ambiente e Organizações Empresariais Sociais. IFAM. miar@terra.com.

3 Dr. em Engenharia Florestal/Conservação da Natureza. EMBRAPA. silas.garcia@embrapa.br

4 (HALL, 2003: 52) “Multiculturalismo (ou pluralismo cultural) é um termo que descreve a existência de muitas culturas numa localidade, cidade ou país, sem que uma delas predomine, conseguindo conviver harmonicamente umas com as outras. O multiculturalismo refere-se a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiculturalidade gerados pelas sociedades multiculturais. É normalmente utilizado no singular significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta estratégias multiculturais”.

tituição social dos povos, guardiões dos rios e da floresta amazônica, representados nos espaços da casa, nas práticas sociais, na feitura dos roçados, colheita e nas formações coletivas que se fazem presentes em todo o processo de produção agrícola, que denominam de ajuri.

A prática do ajuri é costumeira nas comunidades de populações tradicionais, consistem em uma técnica/método de trabalho coletivo, que visa auxílio mútuo entre as famílias no roçado, plantio, colheita e outras atividades onde se fazem necessárias a participação de várias pessoas, constituindo um espaço de solidariedade, sociabilidade e responsabilidade, entre os comunitários, provendo sua vivência com meio ambiente rural e interação social econômica, política e espiritual.

Partindo do suporte teórico e da pesquisa de campo não se pode pensar em cultura amazônica como um produto pré-estabelecido, mas sim como patrimônio construído pelas relações de interdependência humanas e socioambientais. Visto que, a formação social, política e econômica dos povos da Amazônia e do Brasil, resulta da miscigenação de várias etnias, raças e culturas, portanto, um país com uma identidade cultural muito variada.

Este trabalho propõe analisar as relações do trabalho coletivo, denominado de “ajuri”, praticado pelos agricultores familiares em comunidades rurais da Amazônia. Um espaço propício de ação, reflexão e crítica a partir de diálogos entre diferentes culturas, oportunizando um processo de educação libertadora, em busca da soberania e segurança alimentar, dos agricultores familiares de comunidades rurais amazônica, que pode ser analisado na perspectiva freireana.

A proposta da investigação foi de natureza qualitativa, no método pesquisa-ação, onde foi utilizado a entrevista com depoimentos pessoais, pois neste ambiente amazônico, os saberes e as práticas são construídos a partir das experiências integrativas entre os indivíduos, portanto, seus relatos se constituem de importância singular, vindo ao encontro do que afir-

ma Thiollent (2011, p. 22) sobre o inter-relacionamento entre as intervenções práticas pessoais e a produção do conhecimento.

A escolha da entrevista como processo de diagnóstico justifica-se, segundo Bowditch & Buono (1992), por levar a uma visão mais profunda do significado real de dados subjetivos, pois a situação face a face oferece mais flexibilidade do que o questionário. Foi desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica e das observações de campo, junto às comunidades rurais do entorno do município de Manaus, no ano de 2015.

Desenvolvimento

Nas comunidades amazônicas o conhecimento histórico é também instituído na prática social do homem que trabalha a terra modelando o ecossistema de acordo com suas necessidades integradas nas variáveis sociais, econômicas, culturais e ambientais construídas ao longo de gerações, enfrentando as condições que lhes foram impostas pelo ambiente e tentando compatibilizar a exploração dos recursos locais com sua conservação.

Contudo, não é de fácil conceituação, nem de fácil apreensão em seu sentido histórico-social. Porém, no caso em questão, podemos contextualizar que o espaço das comunidades rurais, ocupado por diferentes grupos sociais, movidos por necessidades econômicas e valores culturais, transforma-o em espaço de aprendizagem (troca de saberes) e de manejo dos recursos naturais e ambientais.

Segundo Pierre Bourdieu (1983, p. 11), a prática social do agricultor é uma relação dialética entre a situação concreta e o *Habitus*, este entendido como um conjunto de pré-disposições historicamente estruturadas a partir da trajetória particular de cada agente.

Na comunidade Iberê, do Projeto de Assentamento Água Branca, que é objeto de estudo nesta pesquisa, muitos são os agentes e diferentes são as localidades de onde eles veem

para ocupar este lugar, buscando, a partir de suas diferenças, compor uma unidade que favoreça o coletivo, como relata à senhora Francisca Morais da Silva que morava no Pará, e reside agora na Comunidade Iberê:

[...] eu sou do Pará... lá o tratamento da nossa região, nós fazíamos era o Puxirum. Nos reuníamos com todo pessoal vizinho, para fazermos a roçagem, a derribada, e o plantio da mandioca, né? Quando chegava a época da farinhada também, um ajudava o outro lá, cada um fazia o Puxirum. Aqui em Manaus é diferente, já é o Ajuri, já é o mutirão que a gente faz, mas é bom também, porque um ajuda o outro e torna as coisas mais fáceis para a gente. Na minha comunidade, aqui do Iberê, participam umas 20 pessoas. Nós fazemos nosso puxi (.) nosso mutirão (Figura 1). Em cada mutirão cada um faz a sua parte, né? Uns dão comida, o almoço é reforçado quando tem mutirão... enquanto uns trabalham, outros se reúnem para preparar o almoço de quem está trabalhando, é o mutirão da comida. Só na minha propriedade que gosto de oferecer o almoço sozinha, assim, sobra mais gente para o trabalho. Eu gosto muito desses mutirões... Por causa deles já conseguimos muitos benefícios, eles nos tornam mais unidos e nessa união as pessoas vão vendo o que a gente precisa, e os benefícios vão chegando: o projeto PAIS, a caixa de água, os materiais para criar galinha, as mangueiras, veio a bomba de puxar água. O mutirão é muito importante (SILVA, 2016).



Figura 1: Ajuri ou mutirão agrícola na comunidade Iberê.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I.; SOUSA, S. G. A. de. 2015.

O atual Presidente da Associação dos Agricultores e Agricultoras da Comunidade Iberê, no mesmo Assentamento, senhor José Rodrigues, por entrevista, também conta:

[...] eu sou de uma região do Alto Solimões e lá a gente trabalhava em sistema de Ajuri. Quando eu chego aqui nessa Comunidade do Iberê, as pessoas chamam esta prática de Mutirão, mas eu reconheci logo que é a mesma coisa. A gente se reúne uma vez por mês e elege as ações que serão prioritárias, as que são mais urgentes. Hoje por exemplo é um mutirão de trabalho para colocar areia na estrada para conservá-la, a gente precisa de uma boa estrada por onde se possa escoar a produção e ir e vir à hora que precisar sem problemas e do jeito que ela foi deixada aqui, não pode ficar... e assim como a gente faz o Ajuri para a conservação da estrada, a gente faz também para furar o poço, para desencalhar e consertar o barco, para erguer o poste de energia da Comunidade (Figura 2)... e assim, a gente vai fazendo os trabalhos eleitos como prioritários no momento (RODRIGUES, 2016).

Em todas as entrevistas foi possível observar que a prática do Ajuri é realizada em muitas localidades, embora com nomes diferentes, dada a multiculturalidade observada, é reconhecida pelos comunitários como sendo a mesma prática, onde todos buscam a reunião, a junção de forças, o trabalho em favor do bem comum, para benefício de toda a coletividade.



Figura 2: Ajuri ou mutirão de trabalho em prol da comunidade Iberê.

Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. 2015.

Desse modo, o espaço não é somente físico, é socialmente constituído pelos vários elementos e práticas, entrelaçando e absorvendo os saberes que chegam para agregar e contribuir com o tão almejado desenvolvimento comunitário. Neste ínterim, o Ajuri/Mutirão as rodadas de conversa, as visitas técnicas, as trocas de experiências entre os agricultores, pesquisadores e técnicos, ajudam a formar uma base apoiada pela educação ambiental, que agrega todos esses valores, como propõe Paulo Freire (1982) ressaltando que a base para transferir conhecimentos, é acolher. Acolher as pessoas da forma como cheguem, da forma como falem, como habitem, se “igualar”

ao interlocutor até que ele entenda que o conhecimento que possui e as práticas que realiza são tão ou mais interessantes que qualquer uma, mas para obterem resultados positivos, há que se fazer esforço para ajustar ações e adotar uma direção metodológica, mas tudo dentro de uma abordagem respeitosa.

Na abordagem freireana, o trabalho de construção do saber coletivo deve prever abertura de ambas as partes, mas sempre pautada na verdade e na positividade, construindo confiança entre os membros, essa confiança mútua criará bases para a adoção de tecnologias até então desconhecidas para o grupo.

Assim, o agricultor não somente age e decide em função das variáveis ecossistêmicas, valorizando o conhecimento sócio histórico, o saber fazer do cotidiano, movido por suas necessidades econômicas, sociais e seus valores culturais dentro das possibilidades do modo de produção particular de cada uma delas, bem como seu modo de vida.

Segundo Araújo e Sousa (2015):

A agricultura familiar amazônica evoluiu com a troca de saberes dos povos que migraram para a região, e que na trajetória da evolução da estrutura produtiva da agricultura familiar amazônica, existem condicionantes interculturais que marcaram indelevelmente a história socioeconômica da Região até os dias atuais permitindo adaptação multicultural dos diversos sistemas de produção “agrícola.” (ARAÚJO e SOUSA 2015, p. 5):

Corroborando com Paulo Freire (1980, p. 21), que analisa e denuncia a situação de imposição e sujeição vivida por pessoas que perderam sua condição de sujeitos ativos da própria história, tornando-se objetos passivos de uma “ordem” social que as exclui do chamado a conhecer, a saber, a questionar, a decidir, a transformar, que leva a pensar acerca desse curso que reflete o fortalecimento da agricultura familiar. O chamado para conhecer, saber, questionar aponta para inclusão do “sujeito” no ambiente que o cerca.

Além da sistematização do conhecimento nas atividades práticas, o autor identifica uma fonte fundamental para os planos educativos em desenvolvimento: o conhecimento popular, o conhecimento do agente. Ele afirma que, “ao lado da reorganização da produção, isto é, enfatize-se, um dos aspectos centrais a ser criticamente compreendido e trabalhado por uma sociedade revolucionária: o da valoração, e não idealização da sabedoria popular que envolve a atividade criadora do povo e revela os níveis de seu conhecimento em torno da realidade” (FREIRE, 1980, p. 29).

Segundo Freire (1993), para que haja o processo de libertação é necessária a unidade na diversidade embasada no multiculturalismo, para que assim os grupos oprimidos possam tornar-se mais efetivos em sua luta coletiva contra todas as formas de opressão, que não se caracteriza pela justaposição de culturas nem pelo poder exacerbado de uma sobre as outras, mas se fundamenta: na liberdade conquistada, no direito assegurado de mover-se cada cultura no respeito uma da outra, correndo livremente o risco de ser diferente, sem medo de ser diferente, de ser cada uma “para si”, somente como se faz possível crescerem juntas (FREIRE, 1993, p.156).

Fazendo frente a esta afirmativa, o depoimento do senhor José Pereira, que veio do Piauí e é morador da Comunidade objeto deste estudo, diz que no princípio não gostava da ideia de mutirão, era acostumado a trabalhar sozinho, mas aprendeu que a falta de apoio do Estado precisava ser suprida de alguma forma, encontrando nos outros comunitários o apoio necessário para continuar sua lida, afirma categórico que “o mutirão é importante. Sem ele não se pode fazer praticamente nada por aqui, as dificuldades, são grandes, precisamos de muitas coisas, falta estrutura física e estrutura técnica. As vezes mesmo fazendo o mutirão falta a assistência técnica”. (PEREIRA, J. 2016).

Neste diálogo, pode-se refletir que, apesar dos saberes apropriados pelos agricultores, oriundos de diferentes lugares

do Brasil, a prática de agricultura sustentável na Região Amazônica carece de outros saberes, formulados em bases científicas e tecnológicas e de experiências referendadas pela pesquisa agropecuária.

Neste contexto, o ambiente do “ajuri” é um espaço favorável ao diálogo multicultural. Pois, a multiculturalidade não é algo espontâneo, implica na convivência de um mesmo espaço com diferentes culturas. “É uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns” (FREIRE, 1993, p.157).

Não podemos deixar de perceber que, os princípios básicos da proposta pedagógica de Freire estão presentes, os saberes vão acumulando-se à medida que os diálogos vão sendo apropriados pelos sujeitos ativos desse processo, que na dialética freireana é denominada de “educação bancária”, isto é, a transmissão do conhecimento em “depósitos”. Em suporte a este pressuposto, Ausubel (1963), dentro da Psicologia Educacional, afirma que, o que mais influencia o aprendizado do aprendiz é o que ele já sabe, conhece e pratica. Sem levar em consideração o que a pessoa já sabe, é um esforço vão, pois, o conhecimento não tem onde se ancorar, seres humanos aprendem por experiência e comparações.

Neste contexto, o educador ou o profissional de ATER pode utilizar a técnica mais aprimorada, a aula mais bem elaborada, a capacitação mais divertida, se for repassada de forma mecânica sem interação, sem criar laços com o conhecimento do outro, todo o esforço de transmitir conhecimentos pode ser em vão; ao final, quem determina se houve ou não compreensão do que foi transmitido é o aprendiz. Isso tem definitivamente, determinado que tecnologia de campo tenha sido adotada ou não, ao longo do tempo pelos agricultores e produtores rurais.

Os esforços de uma educação libertadora ou de soberania alimentar necessitam ir ao encontro do agricultor, no

sentido de assegurar que ele conheça diversas técnicas e opte pela que lhe trará os melhores benefícios, não apenas monetários, mas para sua família, sua saúde, seus clientes, enfim, para todos os elementos que compõem seu círculo de atuações.

Ainda em suporte aos estudos de Freire, invoca-se Ausubel (1963, p.58) com seus postulados sobre a aprendizagem significativa que é o processo por meio do qual uma informação nova (um conhecimento novo) é introduzida de maneira não arbitrária e substantiva (não literal) à estrutura racional do aprendiz. Para este autor, a aprendizagem significativa é o mecanismo humano, por excelência, para adquirir e armazenar as vastas quantidades de ideias e informações representadas em quaisquer campos de conhecimentos, que favorecerá e influenciará suas escolhas futuras.

Interessante verificar que essas preocupações pedagógicas e educativas, formam a síntese escola-produção, como manifestação prática da ligação educação-trabalho, dá a tônica fundamental do discurso de Freire:

“A questão que se coloca, pois, a uma sociedade revolucionária, não é a de apenas “treinar” a classe trabalhadora no uso de destrezas consideradas como necessárias ao aumento da produção, destrezas que, na sociedade capitalista, são cada vez mais limitadas, mas de aprofundar e ampliar o horizonte da compreensão dos trabalhadores (trabalhadoras) com relação ao processo produtivo.” (FREIRE, 1980, p. 29).

Neste postulado de Paulo Freire reside a questão da soberania dos agricultores familiares, que se contrapõe a tese atual do processo de difusão e transferência de tecnologia normalmente utilizada pelas instituições de pesquisa agropecuária.

Assim, o modelo atual de transferência de tecnologia, como se fala modernamente do repasse de conhecimentos acerca de práticas, processos, produtos, metodologias e equipamentos, para os produtores rurais, são apoiados no processo

que passa por três situações preferencialmente recomendadas: possibilitar que o agricultor “conheça” a tecnologia, que ele “deseje ou queira” adquiri-la ou adotá-la e, por fim, que ele “possa ou tenha condições de obter a tecnologia”, ou seja, o produtor deve “conhecer, querer e poder” adotar tecnologias. Diante da falta de qualquer um desses elementos do tripé de Transferência, ocorre um descompasso enorme no processo, e na maioria das vezes a responsabilidade de mostrar a tecnologia recai sobre as instituições que as desenvolvem, com vistas a serem desejadas pelo usuário final, a fim de melhorar ou ajustar seus processos em campo. No modelo usual, para “poder” adotar a tecnologia, a responsabilidade de fazê-lo é dos governos constituídos, por meio do fomento de políticas públicas voltadas ao setor primário.

Porém, a responsabilidade capaz de despertar o interesse do público-alvo, onde perpassa o processo educativo, é o processo de apresentar a tecnologia a esse público, e a forma como isso será realizado determinará sua adoção ou não. Por isso, a importância da educação voltada para o campo, aonde qualquer pessoa que vá ao campo levar conhecimentos, é potencialmente, um comunicador comunitário, um comunicador rural e enverga as responsabilidades do educador, mesmo sem querer, devendo neste ambiente se inserir nas práticas das comunidades e buscar absorvê-las, sendo uma delas o Ajuri.

O conceito de “ajuri” vem do vernáculo amazônico. Sintetizando, “ajuri” significa “eu vim ajudar”.

AJURI – Ajuda mútua, mutirão, ajuri, putirum, putirão, puxirum, etc. Embora a palavra mutirão tenha sido consagrada pela preferência popular, há quase uma centena de sinônimos, considerando as várias regiões brasileiras. Ajuntamento, reunião. tim.: Do tupi A, eu, e iúri <uiúri>, vem, vir. (MELLO, 1983, p. 22).

Nesta síntese, o termo ‘ajuri’ na cultura amazônica expressa um conceito bem definido, marcado por uma relação de mútua integração homem natureza, vivenciado em função

das atividades agrícolas, do extrativismo vegetal e animal. Dessa maneira, nenhum dos conceitos descritos é autônomo, pois ambas as conceituações são dependentes umas das outras, dada a influência do multiculturalismo na cultura regional, presentes nas relações de trabalho que priorizam os saberes e práticas oriundas dos conhecimentos praticados no roçado, na feitura das casas, nas festas entre outras atividades no campo.

Para Fraxe (2004, p. 73), ajuri é uma prática habitual e faz parte da tradição da comunidade rural e marca a oposição entre o ontem, quando esse tipo de organização, de ajuda mútua no trabalho do roçado era mais frequente, e o hoje, caracterizado pela diminuição dessa prática.

Uma das explicações para diminuição dos Ajuris é que na concepção capitalista, as práticas de produção camponesa (agricultura familiar) são consideradas atrasadas e de baixo nível tecnológico, pois não levam em conta a mais-valia e a geração de lucros, portanto, devem ser removidas para que o progresso e o desenvolvimento possam chegar àquela comunidade rural. Por outro lado, o rompimento dessas tradições camponesas e a entrada da lógica capitalista no sistema de produção familiar, levará consequentemente o agricultor a alta dependência das agroindústrias de sementes, insumos e implementos agrícolas, demanda de capital rotativo e do mercado consumidor.

Do ponto de vista do postulado Freireano, baseado na educação crítica e libertadora, o tradicional trabalho e aprendizado coletivo, pela prática do Ajuri, pode permitir um amplo campo de reflexão, entre os diferentes agentes do setor primário, no processo interativo de intercâmbio e construção de conhecimentos e tecnologias apropriadas, para mundo rural da agricultura familiar, em busca de caminhos para o desenvolvimento rural sustentável.

Neste aspecto, o Ajuri como prática social, é um espaço apropriado para o exercício dialógico e participativo, no processo de inclusão e intercâmbio de conhecimentos, cenário que permite a comunicação entre os diferentes agentes: agricultores

x agricultores x técnicos x pesquisadores x consumidores entre outros. Nesta interação de diálogos, surgem as proposições para soluções dos problemas encontrados principalmente no sistema de produção dos agricultores familiares.

Nas comunidades rurais do entorno de Manaus, o Ajuri consiste em uma prática de trabalho coletivo, que visa auxílio mútuo entre as famílias das comunidades, que se reúnem para ações que visam o preparo do roçado, plantio, colheita e outras atividades não agrícolas, constituindo um espaço de solidariedade, sociabilidade e responsabilidade, junto à comunidade, provendo sua vivência na área rural.

De acordo com as observações realizadas nestas comunidades, existem diferentes modalidades de Ajuri, visando sanar os mais diversos problemas que afetam as comunidades coletivamente. Assim, conseguiu-se registrar pelo menos cinco categorias de Ajuris: Ajuri Agrícola, Ajuri de Trabalho e Ajuri de Comida, Ajuri Social e Ajuri Comunitário.

O importante nesta observação de campo foi evidenciar o conceito e a ideia organizacional dos Ajuris, praticados nestas comunidades, que se materializam na organização do trabalho coletivo, na produção de bens e serviços, alterando as interações do indivíduo com a sociedade, a ciência, a tecnologia e o trabalho.

Em todas as categorias de Ajuris observadas, tanto mulheres quanto homens trabalham em igualdade de ações, os principais Ajuris identificados foram:

1) **Ajuri Agrícola**, é realizado quando se necessita incrementar os roçados, fazer a destoca, capina, desmanche de roça, adubação, etc.;

2) **Ajuri de Trabalho**, é promovido quando alguma ação é elencada pela comunidade como prioritária e necessita do esforço conjunto. Geralmente, é algo que ainda não havia na comunidade e deve ser implantado, como colocação de postes, abertura e recuperação de estradas, etc.;

3) **Ajuri de Comida**, onde as pessoas se reúnem para cozinhar e alimentar as pessoas que vão trabalhar nos outros Ajuris em andamento;

4) **Ajuri Social**: ocorre o trabalho coletivo para arrecadar recursos financeiros, geralmente em determinados festejos na comunidade ou fora dela para a aquisição de algum bem necessário para a coletividade, como bomba de água, caixa de água, fiação de energia, etc.;

5) **Ajuri Comunitário**: é realizado quando já existe o bem na comunidade e é necessário que seja realizado algum reparo ou mesmo reconstrução, como consertos de telhado, troca da madeira das paredes da associação, conservação das estradas, etc. Em todas essas modalidades de Ajuris, descritas acima, são estimuladas pelas lideranças locais e exercitadas continuamente para que sejam compreendidas e permaneçam no futuro, como uma prática tradicional e essencial para o desenvolvimento dessa comunidade.

Conclusões

O trabalho coletivo, denominado de Ajuri, em suas diferentes modalidades, que reúne pessoas de diversas culturas e saberes, é um espaço propício ao processo de educação crítica e continuada, com base na perspectiva freireana. O ambiente do Ajuri é favorável para promover um diálogo entre os parceiros de diferentes dimensões, para traçar estratégias de transferência e absorção de tecnologia, intercâmbio e construção coletiva de conhecimento, para agricultura familiar, em busca de desenvolvimento rural sustentável.

Referências

ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A. de. **Aspectos sócio históricos da estrutura produtiva da agricultura familiar**

amazônica. In: Seminário de Experiências Agroecológicas no Contexto Amazônico, 2., 2015, Manaus. Resumos. NUSEC/UFAM, 2015. 1 CD-ROM.

AUSUBEL, D.P. **The psychology of meaningful verbal learning.** New York, Grune and Stratton. 1963.

BOURDIEU, Pierre. **Trabalho e projetos;** Esboço de uma teoria da prática; O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu.* São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais).

BOWDITCH, J. L. & Buono, A. F. **Elementos de comportamento organizacional.** São Paulo: Pioneira. 1992

FRAXE, T. de J. P. **Cultura Cabocla-ribeirinha:** mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

_____, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 2e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. **Da Diáspora.** Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte/ Brasília: Ed. UFMG/ UNESCO, 2003.

MELLO, Anísio Thaumaturgo Soriano de. **Vocabulário etimológico tupi do folclore amazônico.** Manaus, SUFRAMA, 1983.

PEREIRA, José. **José Pereira:** depoimento [07.03.2016]. Entrevistadores: MERIGUETE, I. L. de A. V; ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A de. Manaus: EMBRAPA/IFAM-AM, 2016. 3 celular sonoro. Entrevista concedida ao Artigo científico: Ajuri nas Florestas: Uma prática real. EMBRAPA/IFAM-AM.

RODRIGUES, José. **José Rodrigues**: depoimento [07.03.2016]. Entrevistadores: MERIGUETE, I. L. de A. V; ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A de. Manaus: EMBRAPA/IFAM-AM, 2016. 2 celular sonoro. Entrevista concedida ao Artigo científico: Ajuri nas Florestas: Uma prática real. EMBRAPA/IFAM-AM.

SILVA, Francisca Moraes da. **Francisca Moraes da Silva**: depoimento [07.03.2016]. Entrevistadores: MERIGUETE, I. L. de A. V; ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A de. Manaus: EMBRAPA/IFAM-AM, 2016. 1 celular sonoro. Entrevista concedida ao Artigo científico: Ajuri nas Florestas: Uma prática real. EMBRAPA/IFAM-AM.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18. ed.